

Serviço Social e Projeto Ético-político: desafios à categoria profissional¹**Mileni Alves Secon²****1- Introdução: O Serviço Social e contradição**

O Serviço Social tem seu surgimento marcado pela consolidação do sistema capitalista no momento de sua manifestação como monopólios, momento este marcado pelo afloramento da “questão social”, entendida aqui como:

[...] conjunto das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção contraposto a apropriação privada da própria atividade humana- o trabalho-, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do ‘trabalhador livre’, que depende da venda de sua força de trabalho com meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa portanto disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade cível e o poder estatal. (IAMAMOTO, 2001:16, 17).

Não queremos dizer que é só neste momento histórico que a “questão social” emerge, pois a mesma, segundo Pastorinni (2004), apresenta diferentes manifestações nos diferentes estágios pelos quais passou o sistema capitalista, com variantes formas de enfrentamento da mesma pela sociedade e posteriormente pelo Estado, contudo sua gênese marcada pela contradição de classes manteve-se a mesma no decorrer da história.

¹ Este trabalho é resultado das discussões travadas no grupo de pesquisa Fundamentos do Serviço Social: Trabalho e Questão social, do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Campus de Toledo (Paraná/Brasil), vinculado ao Cnpq.

² Assistente Social, mestre em Serviço Social e Política Social, doutoranda no Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, membro colaborador do grupo de pesquisa: Fundamentos do Serviço Social: Trabalho e Questão social e bolsista da Capes desenvolvendo estágio de doutoramento em Portugal no Instituto Superior de Serviço Social-Universidade Lusíadas.

A “questão social”, objeto do Serviço Social tem uma relação com o Serviço Social desde sua gênese como profissão, ela sustenta sua base de intervenção. Todavia, não se coloca de imediato nesta relação, pois “as conexões genéticas do Serviço Social profissional não se entretecem com a “questão social”, mas com suas peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica”. (NETTO, 2000:18).

Essa forma de conceber o Serviço Social é entender que o mesmo se constituiu a partir de um momento histórico determinado, assim, a profissão é determinada sócio-historicamente, a mesma se constrói sustentada pela contradição, seu significado social se dá, segundo Iamamoto (1992), na vinculação concreta que esta profissão vai ter na sociedade capitalista, ou seja, na contradição entre quem paga e quem demanda seus serviços.

É importante destacar que a profissão não se dá de forma aleatória. O que ocorre é um reordenamento interno do capitalismo evidenciando um espaço concreto para institucionalização da profissão. Desta forma, entende-se que esse processo constitui-se em um processo de ruptura, conforme análise de Netto (1992), devido à condição de assalariamento que este profissional assume, tornando-se este momento fundamental para que posteriormente este sujeito se compreenda enquanto membro da classe trabalhadora. Isto provoca um avanço na construção da categoria profissional, ou seja, na sua trajetória histórica.

Esta contradição, que dá materialidade ao significado social da profissão e marca sua identidade profissional, é concebida como parte integrante de sua organização como profissão, isto “não se revela de imediato, não se revela no próprio relato do fazer profissional, das dificuldades que vivenciamos cotidianamente” (IAMAMOTO, 1992:120). Ela é compreendida e adquire sentido no espaço das relações sociais concretas da sociedade da qual é parte.

Ao compreender esse movimento, pode-se dizer que a profissão avançou, no sentido de romper com antigas concepções da mesma descoladas da realidade, numa visão endógena do Serviço Social (IAMAMOTO, 1999) que não compreendia essa forma histórica de reconhecer a profissão no rol de profissões que surgem a partir de um determinante histórico que é a “questão social”.

a base própria da sua profissionalidade, as políticas sociais, conformam um terreno de conflitos- e este é o aspecto decisivo- constituídas como respostas tanto às exigências da ordem monopólica como ao protagonismo proletário, elas se mostram como

territórios de confrontos nos quais a atividade profissional é tensionada pelas contradições e antagonismos que as atravessam enquanto respostas". (NETTO, 200: 78).

A profissão ao defender os interesses da classe trabalhadora, ao buscar fundamentação teórica para compreender essa realidade contraditória onde se insere, passou a produzir novos conhecimentos e dar novas respostas para seu exercício profissional no sentido de atender as demandas postas pela “questão social”, tantas as já existentes como as novas, requerendo:

[...] no seu enfrentamento, a prevalência das necessidades da coletividade dos trabalhadores, o chamamento à responsabilidade do Estado e a afirmação de políticas sociais de caráter universal, voltadas aos interesses das grandes maiorias, condensando um processo histórico de lutas pela democratização da economia, da política, da cultura na construção de uma esfera pública. (IAMAMOTO, 2001:10,11).

Essas novas demandas e respostas dadas, por sua vez também se dão de forma contraditória, pois são estabelecidas a partir da reorganização do capital, que busca manter sua hegemonia. Para tal organiza-se sob novas formas de exploração do trabalho. Essa reorganização do mesmo apresenta novas formas de expressões da “questão social”. Sendo assim, o profissional é convocado para atender essas novas demandas, dando respostas e buscando outras para seu exercício profissional, ainda que localizado no jogo de tensões provocados pela relação contraditória entre capital e trabalho.

Segundo Netto, (1996) este momento de reorganização do capital inicia a partir de 1970, onde se evidencia a crise do mesmo acarretando uma série de transformações societárias. É nesta década que emergem nitidamente “as transformações societárias que [...] vão marcar os anos oitenta e noventa, revelando inflexões significativas no evoluir da sociedade capitalista [...]” (NETTO, 1996: 89,90).

A década de setenta marca a agudização da crise do capital, já iniciada na década anterior, apresentando uma recessão que teve proporções antes comparáveis à Segunda Guerra Mundial. Chegava o fim de um período de crescimento, que Mandel (1986) define como ondas longas expansivas e emergia um novo período de ondas longas recessivas, evidenciando não só a crise das bases de articulação sócio-políticas vigente, mas expunha as contradições inerentes ao capital.

É para responder a este novo quadro que o capital monopolista se empenha, estrategicamente, numa complicada série de reajustes e reconversões que, deflagrando novas tensões e colisões, constrói a contextualidade em que surgem (e/ou se desenvolvem) autênticas transformações societárias (NETTO, 1996: 90).

Essas transformações se centram na alteração na forma de produção de mercadorias, onde suas conseqüências repercutem para todas as relações sociais, políticas, econômicas que perpassam a sociedade capitalista. A rigidez no processo produtivo perde espaço para a produção flexível. A palavra de ordem nessa reorganização é a flexibilidade, se flexibiliza a produção, os direitos dos trabalhadores, as relações comerciais, políticas e econômicas.

Assim, compreender a “questão social” a partir das transformações societárias pós- setenta é, como expõe lamamoto: [...] decifrar as desigualdades sociais -de classes- em seus recortes de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade, meio-ambiente, etc. Mas decifrar, também, as formas de resistência e rebeldia com que são vivenciadas pelos sujeitos sociais” (1999: 114).

Essas novas expressões da “questão social” apresentam uma demanda por serviços anteriormente inexistentes e que precisam receber respostas eficientes, seja via ações públicas ou privadas.

Parar responder a essas demandas exige-se um profissional que, nos dizeres de lamamoto, seja:

[...] um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender ‘o tempo presente, os homens presentes, a vida presente’ e nela atuar, contribuindo, também para moldar os rumos de sua história (1999: 49).

Essas novas exigências, para um novo profissional, favoreceram que a categoria se organizasse para além do exercício profissional pensando na formação profissional necessária para atender esses requisitos.

É importante destacar que essa conquista é histórica e inicia com o Movimento de Reconceituação na década de 1970, que marca os rumos do Serviço Social “afinado com os novos tempos”. Não apenas para atender as necessidades postas pelo mercado de

trabalho, mas, sobretudo, para dar respostas profissionais à classe trabalhadora cada vez mais empobrecida.

2 – A construção do Projeto Ético-político no terreno da contradição

Esta história de compromisso e luta com a classe trabalhadora é manifesta nos anos 1960/70, onde uma parcela minoritária da categoria fez a opção pela participação política e cívica, ampliando sua consciência social de forma a aderir à luta da classe trabalhadora por uma outra forma de sociabilidade.

Além do engajamento político junto aos movimentos sociais democráticos, o Serviço Social começa a estudar e produzir uma literatura crítica, ainda que vulgar pela (re) leituras marxistas como Altrusser. Contudo, este movimento permitiu que os profissionais de Serviço Social buscassem compreender o significado social da profissão, seus valores, as teorias que orientavam sua prática.

É o início do movimento de Intenção de Ruptura, que buscava romper com o tradicionalismo na profissão iniciando uma trajetória histórica de amadurecimento político, ético e teórico do Serviço Social e que hoje se materializa no Projeto ético-político profissional.

Este período revela a busca dos profissionais do Serviço Social por referências teórico-metodológicas que sustentasse a nova proposta de profissão e formação que aparece no Código de Ética de 1986 e no Currículo Mínimo de 1982, respectivamente. Nas palavras de Barroco (2003: 168) *“o amadurecimento intelectual se objetiva através da superação dos equívocos do marxismo vulgar, evidenciados nas leituras mecanicistas que marcaram a negação inicial da prática tradicional”*.

Isto se realiza nos anos de 1980, momento necessário para o ‘salto qualitativo’ do Serviço Social nos anos de 1990. Nesse sentido, após muitos encontros, debates, oficinas, foram aprovadas as novas Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social no Brasil, em 1996. Cabe lembrar que esse avanço também contemplou o Código de Ética Profissional do Assistente Social e a Lei que Regulamenta a Profissão em 1993, marcando a materialização do compromisso ético-político da profissão com a classe trabalhadora iniciado em 1970.

O Serviço Social na década de 1990 rompe em sua base formal com o conservadorismo, claramente com uma visão de homem enquanto ser social que constrói sua história, tendo a liberdade como eixo central de orientação deste projeto, entendida não apenas como valor, mas como capacidade ontológica do ser social (BARROCO, 2003).

No Brasil, na década de 1990, já se manifestava o período de contra reforma do Estado, sob orientação do Consenso de Washington, o que revela mais uma vez que a opção política do Serviço Social pela classe trabalhadora enfrentou e enfrenta as mesmas ofensivas que o conjunto dos segmentos desta, pelo avanço do neoliberalismo.

Barroco, (2003: 180) faz a seguinte referência sobre este momento:

As condições sócio-econômicas e ideo-políticas dos anos 1990 atinge diretamente a classe trabalhadora, rebatendo duplamente no Serviço Social, seus agentes são atingidos como cidadãos e trabalhadores assalariados e como profissionais viabilizadores de direitos sociais. A vertente profissional que, nos anos de 1980, ganhou a legitimidade na direção das entidades de profissionais e estudantes, na organização sindical, no debate crítico, na produção inserida na tradição marxista, na revisão curricular de 1982 e na reelaboração do Código de Ética de 1986, defronta-se com o desafio de responder à essa conjuntura, sem perder suas conquistas.

A profissão inserida na totalidade da sociedade capitalista não esta alheia as suas reformas, ajustes e ofensivas, mas pelo contrário, além de ser atingida enquanto classe trabalhadora, sujeita as transformações no mundo do trabalho, em seu mercado de trabalho, com a reforma do Estado, também, ao trabalhar com esta classe, cada vez mais empobrecida e mais carente de serviços sociais, deve responder propositivamente estas necessidades, sem perder de vista seu projeto coletivo de profissão na viabilização de direitos sociais cada vez mais escassos.

O Projeto ético-político do Serviço Social se revela cada vez mais contrário ao projeto de sociedade hegemônico hoje e manter sua direção e construção exige cada vez mais do Assistente Social uma formação continuada, crítica e direcionada pelo fim da exploração de classes. Isto não significa que o Serviço Social rompeu totalmente com as práticas conservadoras, pois o avanço e consolidação do projeto hegemônico burguês tem contribuído para a reformulação de práticas tradicionais revestidas de um discurso progressista.

Esta análise não pode ser endógena à profissão, mas deve ser tratada na totalidade deste sistema. Nas palavras de Netto (2004: 24): *“a questão (...) coloca-se exigindo um debate coletivo,*

um amplo confronto de idéias e posições, com reiteração dos mesmos procedimentos abertos e democráticos que nos levaram a constituição do projeto ético-político”.

Esta demarcação coloca hoje para o Serviço Social alguns desafios imperativos: construir coletivamente estratégias para que os fundamentos que orientam o Projeto ético-político sejam apreendidos pelo conjunto da categoria profissional; manter e aprofundar a direção hegemônica do Projeto ético-político; garantir a interlocução com os movimentos sociais de luta em defesa da classe trabalhadora.

Reconhecer estas questões e construir respostas para as mesmas, passa pelo reconhecimento da contradição como possibilidade de construção de uma outra sociabilidade orientada para emancipação política e humana do conjunto da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRING, Elaine. **Brasil em contra reforma:** desestruturação do Estado e perda dos direitos. Ed. Cortez. São Paulo. 2003.

BARROCO, Maria Lúcia. **Ética e Serviço Social:** fundamentos ontológicos. Ed. Cortez. São Paulo. 2003.

Capacitação em Serviço Social e Política Social. MÓDULO 01: **Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social.** Brasília: CEAD, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 2 ed. Ed. Cortez. São Paulo: 1999.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social-** Ensaio crítico. 5 ed. Ed. Cortez. São Paulo: 2000.

_____. 20 anos do livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: uma leitura retrospectiva.* In: **Revista Temporalis.** Suplemento. Abepss. Brasília. Ano III, Nov. 2002.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 13 ed. Ed. Cortez. São Paulo: 2000.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 4 ed. Ed Cortez. São Paulo: 2005.

_____. Transformações societárias e Serviço Social-notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Revista Serviço Social e Sociedade,** nº 50. Ano XVII, abr. Ed. Cortez. São Paulo. 1996.

_____. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. . In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 79. Ano XXV, especial. Ed. Cortez. São Paulo. 2004.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo. Cortez, 2004.